



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

INSPEÇÃO CORREICIONAL

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ADJUNTO DE SANTARÉM

Comarca	Santarém - 15ª Região Judiciária
Unidade inspecionada	Juizado Especial Criminal Adjunto
Competência	Criminal
Data da Inspeção/Edital	22/11/2023/Edital nº 009/2023-CGJ e Edital nº 011/2023-CGJ
Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade	Marcus Wildes Figueira Costa – Secretário, desde o dia 03/03/2022, conforme portaria nº 1555/2022-GP, de 09/05/2022, DJ nº 7366/2022, de 10/05/2022.



(Fachada do prédio onde funciona o Juizado)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: David Weber Aguiar Costa – Portaria 2604/2023-GP, em exercício desde 03/07/2023. A partir do dia 16/11/2023, o Magistrado está apenas no Juizado Criminal Adjunto que funciona no horário de 15h às 17h.

1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:

- a) Férias: 28/08 à 16/09 sendo substituído no período pelo Juiz Wallace Carneiro de Sousa, portaria nº 3610/2023-GP, de 21/08/2023, DJ Edição nº 7664/2023 – 22/08/2023
- b) Folgas compensatórias: --
- c) Licenças: --



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Observação da Corregedoria: Não houve folgas compensatórias ou licenças no período.

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Anotação da Unidade: Sim, a Unidade por ser juizado adjunto, não entra na escala de plantão.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: 00

Observação da Corregedoria: A Analista Judiciária da CGJ, servidora Claudiana Hage de O. Martins, expediu certidão nos seguintes termos: “Informe, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Santarém – Juizado Especial Criminal - TJPa", não foi localizado expedientes disciplinares em tramitação. Informe ainda, que em relação ao Dr. David Weber Aguiar Costa, respondendo pela Vara, foi localizado em tramitação somente o PA 0003713-58.2021.2.00.0814 (Procedimento de Vitaliciamento).”

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Anotação da Unidade:

Observação da Corregedoria: O Diretor de Secretaria informou que não há um plano de ação escrito. As reuniões são com base nos indicadores e como a rotatividade de Juízes é constante, é difícil estabelecer um plano de ação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

2. CORPO FUNCIONAL:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/t erceirizado)
Marcus Wildes Figueira Costa (Secretário)	Auxiliar Judiciário - Efetivo
Fernanda Mara Crisóstomo de Castro	Analista Judiciária - Efetivo
Lília Maria Pedroso dos Santos	Auxiliar Judiciário - Efetivo
Edson Pinto Pereira	Analista Judiciária - Efetivo
Ornando Ferreira da Silva	Auxiliar Judiciário - Efetivo
Eraldo Matias da Silva	Oficial de Justiça - Efetivo
Valdirene Farias da Silva Lauande	Oficial de Justiça - Efetivo

Observação da Corregedoria: Não há nenhum servidor de férias ou licença no período da inspeção. Não há estagiário na Unidade.

2.1.2. Gabinete:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/estagiário/t erceirizado)
Ornando Ferreira da Silva	Auxiliar Judiciário - Efetivo
Edson Pinto Pereira	Analista Judiciária - Efetivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

QUADRO FUNCIONAL TOTAL DA UNIDADE:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	07
Exclusivamente comissionados	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários(as)	00
Terceirizados(as)	00

Observação da Corregedoria: Embora não haja servidores lotados em gabinete, os servidores Orlando Ferreira da Silva e Edson Pinto Pereira desenvolvem atividades de gabinete como o preparo de minutas e secretariando as audiências.

Observação CGJ: O Juizado Especial Criminal Adjunto não possui registro na TLP – Tabela de Lotação de Pessoal da SGP. Segue painel IPS da Unidade.



2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Anotação da Unidade: Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Anotação da Unidade: Através do monitoramento/acompanhamento das tarefas no PJE.

Observação da Corregedoria: Como a Unidade é Juizado Criminal Adjunto, não aparece no painel de gestão de atividades.

Assinaturas	Minhas tarefas	Tarefas
0	0	690
Nenhum resultado	Nenhum resultado	Analisar manifestação parcial: 1
		Preparar guia: 4
		Processo com prazo em curso: 27
		Processos devolvidos pelo plantão: 1
		Processos remetidos por declinação de competência: 2
		[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior: 27
		[CRIM] Aguardando prazo: 58
		[CRIM] Aguardar realização de audiência: 226
		[CRIM] Arquivar processo: 21

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais porventura identificados na última correição tanto do Gabinete quanto da Secretaria? Qual a última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Não, a unidade funciona anexo à Ulbra, todas os requerimentos de melhorias e/ou manutenção do espaço físico são encaminhados à reitoria da universidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

Data da coleta de dados pela Unidade: 07/11/2023

Dados processuais	Total no período do preenchimento do questionário	Total na data da Inspeção (17/11/2023)
Total de processos que compõem o acervo ativo	440	451
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	209	209
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	649	660
Total do acervo com prioridade	35	36
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	00	00
Total de processos conclusos para o(a) magistrado (a)	48	36
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	00	00
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	00	00
Total de processos julgados e não baixados	17	18



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/ distribuição/ redistribuição)

Processos judiciais	Quantidade
Total de processos distribuídos e redistribuídos	208
Total de processos julgados	256
Total de processos baixados definitivamente do acervo	166

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM

ENTRADA DE FEITOS

208

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/AREA	DISTRIBUIÇÃO	Redistribuição	Total
CARTAS PRECATÓRIAS	19		19
CONHECIMENTO CRIMINAL	149	15	164
PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	11	14	25
Total	179	29	208

Lista de processos que entraram por distribuição e redistribuição

Nº DO PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO	SITUAÇÃO	CÓD. MOV.
0808839520238140051	272	Representação Criminal/Notícia de Crime	3385 - Lesão Corporal		
08147192820238140051	272	Representação Criminal/Notícia de Crime	3402 - Ameaça		
0813146520238140051	278	Termo Circunstanciado	3402 - Ameaça		
08132028520238140051	278	Termo Circunstanciado	3402 - Ameaça 3426 - Dano		
08132946320238140051	278	Termo Circunstanciado	3385 - Lesão Corporal		
08132954620238140051	278	Termo Circunstanciado	3573 - Descato		

Selecione um período:
17/08/2023 16/11/2023

ENTRADA DE FEITOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTER
ALEXANDRE RIZZI	2				
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	223	36	134		60
KARISE ASSAD CECCAGNO		1			
SIDNEY POMAR FALCAO		1			
WALLACE CARNEIRO DE SOUSA	66	15	37		25
Total	291	53	171		85

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº DO PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO	CÓD. MOVIMEN
08016858320238140051	278	Termo Circunstanciado	3386 - Leve	
08180779820238140051	355	Carta Precatória Criminal	11783 - Citação	
08176240620238140051	278	Termo Circunstanciado	3385 - Lesão Corporal	
08183411820238140051	278	Termo Circunstanciado	12354 - Perturbação da tranquilidade	12
0817749420238140051	278	Termo Circunstanciado	3566 - Resistência	11
08182121320238140051	278	Termo Circunstanciado	10523 - Despenalização / Descriminalização	11
08123150420238140051	278	Termo Circunstanciado	12345 - Vias de fato	11
0817772120238140051	278	Termo Circunstanciado	3632 - Crimes de Trânsito	11

Selecione um período:
17/08/2023 16/11/2023

Processos
Todos

Tipo do Movimento
Todos

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
ALEXANDRE RIZZI	2				
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	223	36	134	60	
KARISE ASSAD CECCAGNO		1			
SIDNEY POMAR FALCAO		1			
WALLACE CARNEIRO DE SOUSA	66	15	37	25	
Total	291	53	171	85	



4.3. PRODUTIVIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NOS ÚLTIMO 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária/ identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período*

Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas	Quantidade
Decisões interlocutórias	53
Despachos	291
Sentenças com resolução de mérito	171
Sentenças sem resolução de mérito	85
Audiências realizadas	268



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM

ENTRADA DE FEITOS
208

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/AREA	DISTRIBUIÇÃO	Redistribuição	Total
CARTAS PRECATÓRIAS	19		19
CONHECIMENTO CRIMINAL	149	15	164
PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS	11	14	25
Total	179	29	208

Lista de processos que entraram por distribuição e redistribuição

Nº DO PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO	SITUAÇÃO	CÓD. MOVIMENTO
09088395520238140051	272	Representação Criminal/Notícia de Crime	3385 - Lesão Corporal		
08147192820238140051	272	Representação Criminal/Notícia de Crime	3402 - Ameaça		
08131465220238140051	278	Termo Circunstanciado	3402 - Ameaça		
08132028520238140051	278	Termo Circunstanciado	3402 - Ameaça 3426 - Dano		
08132946320238140051	278	Termo Circunstanciado	3385 - Lesão Corporal		
08132954820238140051	278	Termo Circunstanciado	3573 - Desacato		

Selecione um período:
17/08/2023 16/11/2023

ENTRADA DE FEITOS



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS
ALEXANDRE RIZZI	2				
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	223	36	134	60	
KARISE ASSAD CECCAGNO		1			
SIDNEY POMAR FALCAO		1			
WALLACE CARNEIRO DE SOUSA	66	15	37	25	
Total	291	53	171	85	

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº DO PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO	CÓD. MOVIMENTO
08016858320238140051	278	Termo Circunstanciado	3386 - Leve	
08180779820238140051	355	Carta Precatória Criminal	11783 - Citação	
08176240620238140051	278	Termo Circunstanciado	3385 - Lesão Corporal	
08183411820238140051	278	Termo Circunstanciado	12354 - Perturbação da tranquilidade	12
08177748420238140051	278	Termo Circunstanciado	3566 - Resistência	11
08182121320238140051	278	Termo Circunstanciado	10523 - Despenalização / Descriminalização	11
08123150420238140051	278	Termo Circunstanciado	12345 - Vias de fato	11
08177721720238140051	278	Termo Circunstanciado	3632 - Crimes de Trânsito	11

Selecione um período:
17/08/2023 16/11/2023

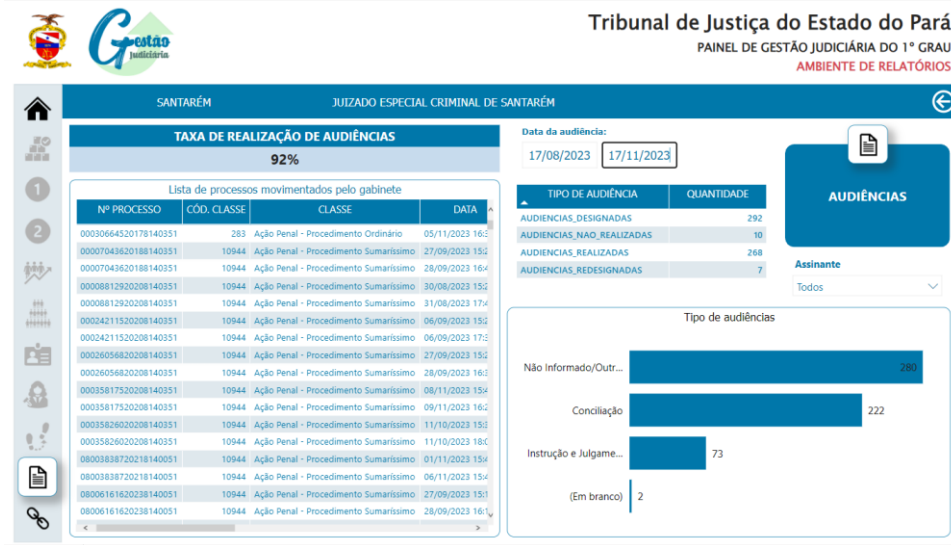
Processos: Todos

Tipo do Movimento: Todos

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
ALEXANDRE RIZZI	2				
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	223	36	134	60	
KARISE ASSAD CECCAGNO		1			
SIDNEY POMAR FALCAO		1			
WALLACE CARNEIRO DE SOUSA	66	15	37	25	
Total	291	53	171	85	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.

Anotação da Unidade: Secretário da Unidade, pelo painel de gestão e PIB. Não.

Observação da Corregedoria: O painel abaixo mostra a Meta 11 como não cumprida, porém não aparece nenhum processo para julgamento da Meta 11. Sugiro que seja encaminhado à DPGE para ciência e providências.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Conferencia e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*)
- c. Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;
- d. Movimentação processual;
- e. Elaboração de minutas e revisão;
- f. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- g. Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- h. Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (*Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízes criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local*)

Anotação da Unidade: Não se aplica.

6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (*Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021*)

Anotação da Unidade: Atendimento presencial realizada por um servidor específico,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

balcão virtual e telefone WhatsApp por outro servidor e e-mail e malote digital pelo secretário da Unidade.

6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia, última movimentação e data da mais recente revisão da necessidade de prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

Anotação da Unidade: Não se aplica

Observação da Corregedoria: Como são procedimentos de menor potencial ofensivo, não há presos na Unidade.

Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtrar

Data Inicial: _____ Data Final: _____

Órgão: JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTAREM

Buscar Órgãos Vinculados:

Sexo: _____

Tipo de Peça: _____ Status: _____

X Limpar Pesquisar

0 Internados

0 Presos

0 Preso Provisório

0 Preso Civil

0 Preso Condicionado em Execução Provisória

0 Preso Condicionado em Execução Definitiva

Outros Status:

0 Procurado

0 Foragido

0 Morto

0 Em liberdade

Resultado da pesquisa

RJ	Nome da Pessoa	Sexo	Nº da Peça	Nome da Peça	Data da Peça	Órgão Expedidor
----	----------------	------	------------	--------------	--------------	-----------------

6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: Não se aplica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Observação da Corregedoria: Procedimentos de menor potencial ofensivo, não há presos na Unidade.

6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento)*

Anotação da Unidade: Não se aplica

Observação da Corregedoria: Procedimentos de menor potencial ofensivo, não há presos na Unidade.

6.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Anotação da Unidade: Não se aplica

Observação da Corregedoria: Procedimentos de menor potencial ofensivo, não há presos na Unidade.

7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Anotação da Unidade: Não, existem dois oficiais de justiça designados para a unidade, os quais recebem a demanda.

Observação da Corregedoria: Tem dois Oficiais de Justiça fixos estão cumprindo regularmente os mandados, apesar de haver um aumento da demanda por englobar três municípios (Santarém, Mojuí dos Campos, Belterra).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

7.2. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Anotação da Unidade: Sim, através do painel de acompanhamentos de mandados.

Anotação da Corregedoria: Foi verificado que consta na aba expedientes – central de mandados - 74 mandados expedidos até 02/10/2023, alguns mandados em aberto constando do ano de 2021, cujos processos foram redistribuídos ao Juizado Criminal, devendo ser regularizada a baixa dos mandados, caso a caso, inclusive junto à Central de Mandados.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Painel de Acompanhamento de Mandados

Último carregamento em: 14/11/2023 15:55:00

Selecione a unidade loteação do mandado
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM

Período: 01/01/2023 a 15/11/2023

Sistema: L18RA (Em branco) 2021 DEVOLVIDO EM ANDAMENTO
 P3E1G 1ª GRAU 2022 DISTRIBUÍDO PENDENTE
 P3E2G 2ª GRAU 2023 REDISTRIBUÍDO

UNIDADE	DISTRIBUIDOS	REDISTRIBUIDOS	DEVOLVIDOS	PENDENTES	EM ANDAMENTO
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	859		68	518	67
Total	859		68	518	67

ORIGEM	DISTRIBUIDOS	PENDENTES
SANTARÉM	859	67
Total	859	67

UNIDADE	PROCESSO	IDMANDADO CONSOLIDADO	DATA EVENTO	SITUAÇÃO	PENDENTES	EM ANDAMENTO
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0818550210228140051	0818550210228140051-05104078-PIEIG	04/07/2023 09:19:03	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0813486320228140051	0813486320228140051-07417064-PIEIG	25/07/2023 08:20:08	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0807200702028140051	0807200702028140051-05638001-PIEIG	08/08/2023 15:43:56	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0812308120228140051	0812308120228140051-09282884-PIEIG	23/08/2023 13:20:41	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0804119162028140051	0804119162028140051-100389725-PIEIG	12/09/2023 09:57:35	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0815833820228140051	0815833820228140051-100483498-	13/09/2023 08:37:32	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0810764862028140051	0810764862028140051-100483500-PIEIG	13/09/2023 08:55:35	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0800499492028140051	0800499492028140051-100483505-PIEIG	13/09/2023 09:05:30	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	0807678762028140051	0807678762028140051-100569328-PIEIG	14/09/2023 10:41:32	PENIDENITE	1	
JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM	08127871482028140051	08127871482028140051-100569301-PIEIG	14/09/2023 10:47:32	PENIDENITE	1	
Total					67	104

Distribuição/Devolução | **Pendências/Andamento**

DESTINO	DISTRIBUIDOS	PENDENTES
ALENQUEIR	3	
ALTAMIRA	1	
BELEM	4	
CANAÃ DOS CARAJÁS	2	
CASTANHAL	1	
ITAITUBA	5	
JURUTÍ	2	
MARABÁ	2	
Total	859	67

Processo Nome do destinatário CPF# CNPJ

Data de criação De: Até: 02/10/2023 Data do prazo final De: Até:

Classe judicial Assunto

Meio de comunicação: Central de Mandados

Tipo de documento: Selecione

Expedientes em destaque?

Pendente (74)

- Sem registro de intimação (0)
- Confirmada pelo destinatário e dentro do prazo (3)
- Confirmado pelo FJE e dentro do prazo (0)
- Prazo encerrado nos últimos 10 dias (28)
- Sem prazo (0)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? *(anexar o modelo)*

Anotação da Unidade: Sim.

[REDACTED]

[REDACTED]

DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA: hs

O Excelentíssimo Senhor Doutor DAVID WEBER AGUIAR COSTA, M. M. Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal/ULBRA, desta Comarca de Santarém, Pará.

M A N D A, a qualquer um dos Oficiais de Justiça desta Comarca a quem for este apresentado estando devidamente assinado, extraído dos autos do Processo Criminal ao norte identificado, que tem como autor do fato o nacional acima qualificado, que em seu cumprimento se dirija nesta Comarca, ao local onde residem e moram, ou possam ser encontrado(a)(s) o(a)(s) AUTOR(es) e VÍTIMA(s) do fato em questão, e sendo aí, INTIME-O(A)(S), para comparecerem à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, designada para a data e horário supracitados, que será realizada na sala de audiências deste Juizado Especial Criminal - ULBRA, situado na Av. Moaçara, 1787 - Bairro Diamantino (anexo ao CEULS/ULBRA), onde deverá comparecer acompanhado de seu advogado. Dado e passado nesta Cidade de Santarém Estado do Pará, Secretaria do JECrim/ULBRA, aos 17 de novembro de 2023 . Eu, MARCUS WILDES FIGUEIRA COSTA, Auxiliar de Secretaria, digitei e subscrevo de ordem.

MARCUS WILDES FIGUEIRA COSTA
Secretário do Juizado Especial Criminal/ULBRA
De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito

7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria *(vide Ofício Circular nº 19/2023-CGJ)*.

Anotação da Unidade: Mensalmente.

7.5 Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Anotação da Unidade: 30 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: Sim. Não, apenas feito contato diretamente com o juízo deprecante, através de e-mail e balcão virtual.

Observação da Corregedoria: 23 cartas precatórias expedidas.

Encontrados 23 processos.

Desacato
/ Juizado Especial Criminal de Santarém / Juiz de Direito

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: ENTREGA DE DOCUMENTO
Aguardando Retorno de Carta Precatória

Desacato
/ Juizado Especial Criminal de Santarém / Juiz de Direito

ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: ENTREGA DE DOCUMENTO
Aguardando Retorno de Carta Precatória

Abuso de Incapazes

7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Anotação da Unidade: 05, todas estão no prazo de cumprimento e devolução, cujo controle é feito por meio da etiqueta “CARTA PRECATÓRIA”.

Observação da Corregedoria: Na análise do acervo da Unidade, identificou-se a existência de 15 (quinze) feitos autuados como carta precatória criminal, devendo a Unidade sanar a inconsistência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Termo Circunstanciado	271	56	327
Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo	32	17	49
INQUÉRITO POLICIAL	23	4	27
Carta Precatória Criminal	15		15
Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular	9	4	13
Total	362	83	

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	
08166039220238140051	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal
08182537720238140051	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal
08180779820238140051	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal
08162817220238140051	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal
08179055920238140051	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal
08171044620238140051	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal

Encontrados 6 processos.

- Intimação**
/ Juizado Especial Criminal de Santarém / Juiz de Direito
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: RECEBIDO O MANDADO PARA CUMPRIMENTO
Aguardando devolução do mandado x CARTA PRECATÓRIA x
- Citação**
/ Juizado Especial Criminal de Santarém / Juiz de Direito
ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: RECEBIDO O MANDADO PARA CUMPRIMENTO
Aguardando devolução do mandado x CARTA PRECATÓRIA x
- Difamação**

8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficientemente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios, procurados, réus



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJIs duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: Não se aplica

Observação da Corregedoria: Não há presos na Unidade.

A captura de tela mostra a interface de busca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No topo, há o logotipo do CNJ e o nome "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA". À direita, indica-se o órgão logado: "Tribunal de Justiça do Estado do Pará". Abaixo, há uma barra de navegação com ícones para "Página Inicial", "Pessoas", "Peças", "Relatórios", "Dashboard" e "Alertas". O conteúdo principal é o formulário "Dados Gerais - Pessoa por Status". Este formulário possui campos para "Data Inicial" e "Data Final", um campo de busca com o texto "JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTARÉM" inserido, e opções para "Buscar Órgãos Vinculados" e "Sexo". Há também campos para "Tipo de Peça" e "Status", um botão "Limpar" e um botão "Pesquisar". Abaixo do formulário, há três seções de contagem: "0 Internados" (com sub-itens: "0 Internado Provisório", "0 Internado Execução Provisória", "0 Internado Execução Definitiva"), "0 Presos" (com sub-itens: "0 Preso Provisório", "0 Preso Civil", "0 Preso Condenado em Execução Provisória", "0 Preso Condenado em Execução Definitiva") e "Outros Status:" (com sub-itens: "0 Procurado", "0 Foragido", "0 Morto", "0 Em liberdade"). Na base da tela, há uma tabela intitulada "Resultado da pesquisa" com cabeçalhos: "RJI", "Nome da Pessoa", "Sexo", "Nº da Peça", "Nome da Peça", "Data da Peça" e "Órgão Expedidor".

8.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos de réu preso, em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Não se aplica.

8.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ, de 20/09/2021?

Anotação da Unidade: Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

8.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

8.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou ao Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (*Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal*)

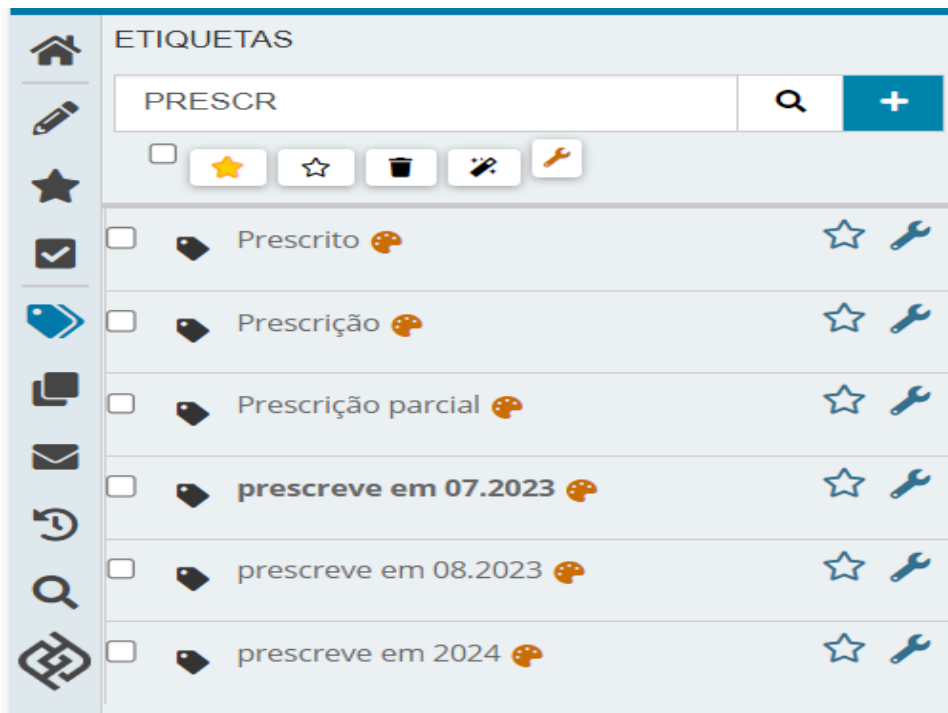
Anotação da Unidade:

Observação da Corregedoria: O Secretário informou que realiza o controle pelo ano do processo, normalmente filtra os processos pelo ano.

Recomendação: utilizar etiquetas por ano/mês.



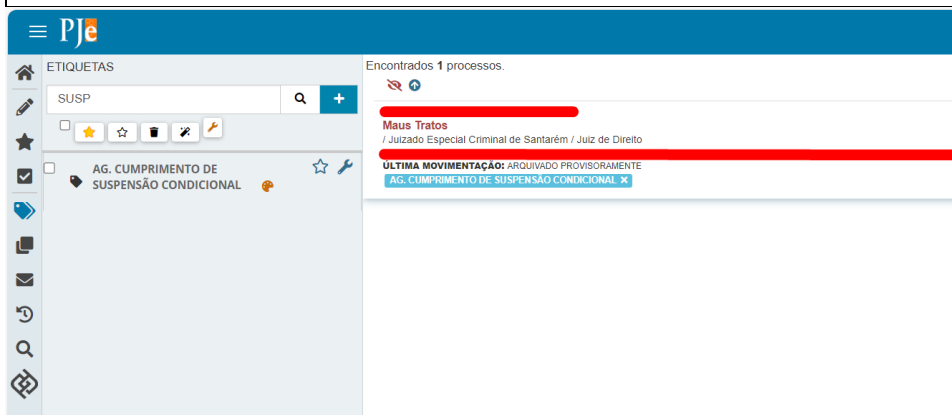
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (*Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal*)

Anotação da Unidade: não

Observação da Corregedoria: A Unidade não tem processo suspenso do art. 366 do CPP.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJE COR n. 0002009-73.2.00.0814)

Anotação da Unidade: não se aplica

Observação da Corregedoria: A Unidade não tem processos suspensos. Os processos que aguardam cumprimento de suspensão condicional e transação penal são arquivados provisoriamente.

10. BENS APREENDIDOS:

10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJE dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?

Anotação da Unidade: Através etiqueta “Bem Apreendido”, e verificada no momento que o processo da entrada na unidade.

Observação da Corregedoria: A Unidade não utiliza/tem conhecimento do movimento correto. A Unidade só tem um bem apreendido.

A captura de tela mostra a interface do sistema PJE. À esquerda, há um menu de "ETIQUETAS" com uma barra de busca contendo o termo "bem". Abaixo da barra de busca, há uma lista de etiquetas com ícones de estrela e ferramentas. As etiquetas listadas são: "Bem Apreendido", "Descarte/Perdimento de BEM APREENDIDO", "destinação de bem apreendido/alvará" e "restituição de bem apreendido". À direita, há uma seção de detalhes de um processo com o título "Encontrados 1 processos.". O processo exibido é "Jogo do bicho" / Juizado Especial Criminal de Santarém / Juiz de Direito. Abaixo do título, há uma seção de "ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:" com o texto "ARQUIVADO PROVISORAMENTE" e dois botões de ação: "Bem Apreendido" e "TRANSITO EM JULGADO".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: A Unidade não tem nenhum bem cadastro no SNBA.

A captura de tela mostra a interface de pesquisa de bens apreendidos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No topo, há o logo do CNJ e o título "Bens Apreendidos". Abaixo, o usuário "PAULO SÉRGIO OLIVEIRA" está logado. O menu de navegação inclui: Principal, Cadastrar, Pesquisar, Vincular, Relatórios, Contato, Manual, Voltar e Sair. A seção "Pesquisar Bens" contém campos para filtrar a busca: Tribunal de Justiça Estadual (Tribunal de Justiça do Estado do Pará), Grau (1º GRAU - TJPA), Comarca (SANTAREM), Varas e Juizados Estaduais (JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE SANTAREM), Bem Apreendido (Todos) e Destinação do Bem (Todas). Há também um campo de texto para "Descrição Complementar do Bem". Abaixo dos campos, há botões para "Pesquisar", "Imprimir" e "Imprimir Detalhado". No rodapé, há uma tabela com o seguinte conteúdo:

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Nenhum Bem encontrado.				

10.3. Os servidores da Unidade realizaram o curso de capacitação do SNGB disponibilizado pela plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará e pela plataforma educacional do Conselho Nacional de Justiça?

Anotação da Unidade: Não.

Recomendação da Corregedoria: Os servidores devem realizar o treinamento no SNGB, disponível em: <https://www.cnj.jus.br/eadcnpj/course/index.php?categoryid=3>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

11. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

11.1. Consultando o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete restou constatado processos com etiqueta de prioridade?

Anotação da Unidade: Não há processos paralisados a mais de cem dias.

11.2. Qual o controle estabelecido dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: Não há processos paralisados a mais de cem dias.

12. DAS AUDIÊNCIAS:

12. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Anotação da Unidade: Sim.

Observação da Corregedoria: A maioria das audiências é realizada de forma presencial. Exceção quando há requerimento das partes ou quando há necessidade de oitiva de réu preso.

12.1. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta pleito das partes ou do Ministério Público?

Anotação da Unidade: 98 audiências, sendo 88 presenciais e 10 audiências híbridas, estas últimas com pedido nos autos ou requerimento por meio dos canais de atendimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

12.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? *(Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)*

Anotação da Unidade: Não se aplica.

12.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

12.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: 53

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI: PREJUDICADO

14. EXECUÇÃO PENAL: PREJUDICADO

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?

Anotação da Unidade: Pela Corregedoria, no ano de 2022. PJeCor nº 0001614-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

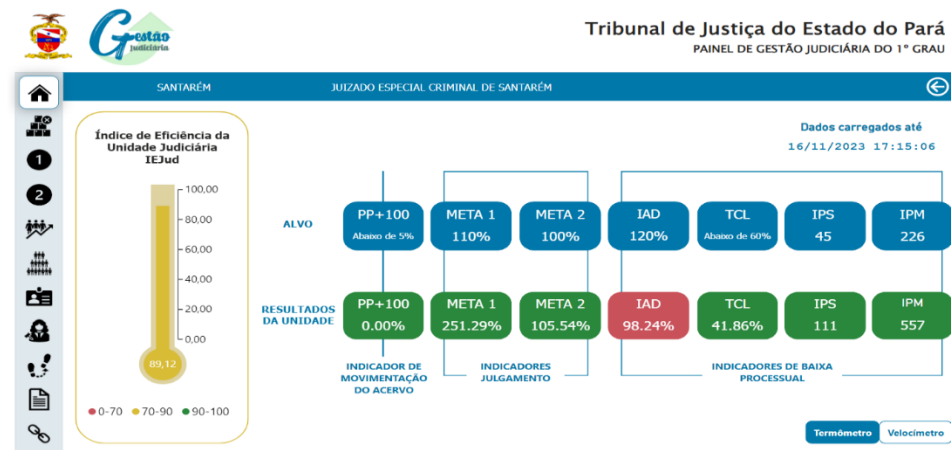
81.2022.2.00.0814. Não houve correição ordinária realizada pelo Juízo no ano de 2022.

15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram integralmente cumpridas? Quais?

Anotação da Unidade: As recomendações foram cumpridas ou estão em andamento.

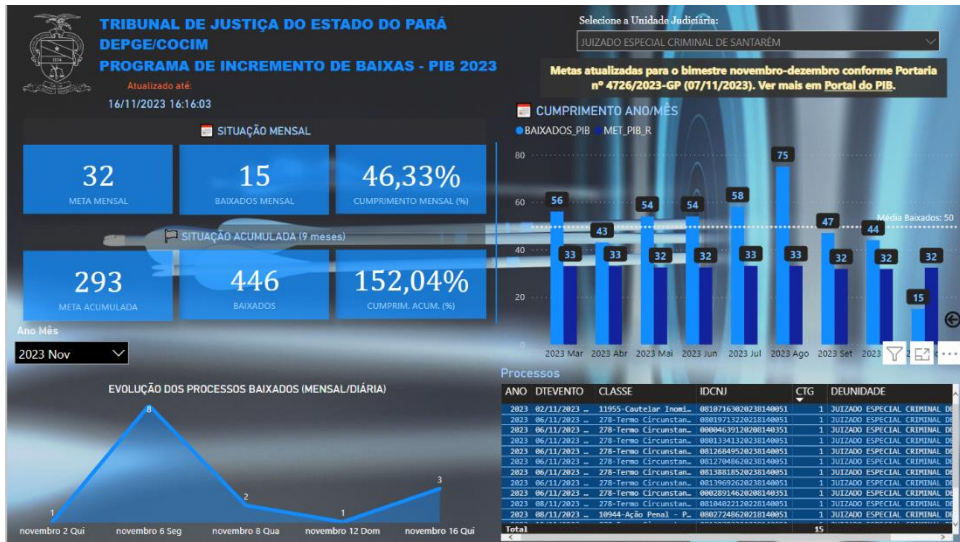
Observação da Corregedoria: Consta decisão (id. 1951634) determinando o arquivamento dos autos da correição realizada pela Corregedoria em razão dos esforços empreendidos pela Unidade para cumprimento integral das recomendações.

16. DADOS ESTATÍSTICOS:



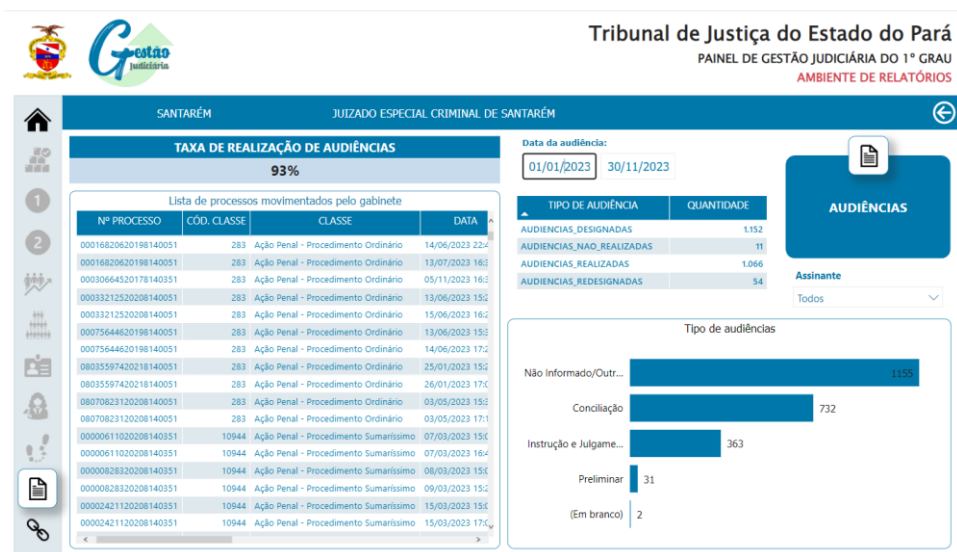


PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-



17. OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA:

O magistrado David Weber Aguiar Costa estava respondendo pelo Juizado Especial Criminal desde 03/07/2023, conforme Portaria nº 2604/2023-GP. O Juizado é Adjunto, funciona na ULBRA e não possui registro na Tabela de Lotação de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas.

O Juizado funcionava anteriormente, das 16 às 18 horas, porém como atende a população de três municípios (Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra), foi solicitado à Presidência do Tribunal que o horário fosse antecipado para 15 às 17 horas, de forma a atender melhor os jurisdicionados, o que foi deferido pela Presidência conforme SIGA-DOC TJPAMEM-2023/09856.

No Juizado trabalham dois conciliadores voluntários que realizam as audiências preliminares de conciliação às segundas, quintas e sextas-feiras e o magistrado realiza as audiências de transação e de instrução e julgamento às quartas-feiras.

Foi feito convênio entre o TJPA e a ULBRA há cerca de dez anos que estabelecia que toda a estrutura de mobiliário, equipamento de informática e estrutura de rede de internet, seria de responsabilidade da Universidade, porém atualmente os móveis, computadores, estrutura de rede e manutenção é toda mantida pelo TJPA. O servidor não sabe informar se houve alteração no contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

Há necessidade de manter controle dos mandados expedidos pendentes de cumprimento e regularizada a baixa dos mandados em aberto dos anos anteriores; sanear a inconsistência do número de cartas precatórias constantes no PJE e no acervo da Unidade; fazer uso de etiquetas por ano/mês para controle de prescrição e realização de treinamento no SNGB.

A estrutura é cedida pela ULBRA, e precisa de reforma. O Magistrado informou que tem apenas um policial para a segurança do fórum.

O Magistrado reportou que tem Ministério Público e Defensoria Pública em sistema de rodízio. Mas se fazem presentes.

O Magistrado reportou Audiências de transação penal eram marcadas apenas para as quartas-feiras.

É necessário formalizar placa de identificação do Juizado que fica localizado à Rua Sara. Na notificação consta o endereço correto.

O magistrado está respondendo desde 16/11/2023 apenas pelo Juizado. As audiências de transação penal estavam sendo feitas somente as quartas-feiras. A pauta de audiência está sendo adequada para o ano de 2024 a partir de março de 2024 para que as audiências sejam realizadas três vezes na semana.

Têm dois conciliadores.

Tem processos físicos não arquivados que não existem no Libra, nem no PJE, para mandar para o arquivo, verificar se tem nota técnica.

O Magistrado pleiteou a instalação de Vara. Recebe mais de 800 processos ao ano.

Não tem estagiários, nem voluntários. Como são muitas delegacias não tem como a Autoridade Policial já marcar as audiências de conciliação. As partes comparecem no Juizado e saem intimadas para audiência de conciliação.

O Secretário pediu acesso à Corregedoria Geral de Justiça ao SNGB. Tem um bem apreendido e cadastrado no PJE.

A chefe do Serviço de Fiscalização da Arrecadação dos Serviços Judiciais – SOFAJ, informou que não constam boletos bancários de custas processuais pendentes de pagamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

18. REGISTROS FOTOGRÁFICOS:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA-

19. ANEXOS:

1. Portaria de Alteração do horário de funcionamento do Juizado Especial Criminal.
2. Relatório de fiscalização judicial virtual.
3. Relatório de subcontas sem movimentação há mais de três anos.

Sendo estas as considerações a serem realizadas, conclui-se o presente relatório de inspeção com **registro de agradecimento** ao magistrado **David Weber Aguiar Costa** e a todos os servidores pela colaboração prestada durante os trabalhos e na coleta de dados.

É o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Des. Corregedor-Geral de Justiça para deliberação final.

Santarém/PA, inspeção realizada no período de 16 a 23 de novembro de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH Assinado de forma digital por ANA ANGELICA
OLEGARIO:7919 ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2024.01.30 13:24:02 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

PAULO SERGIO Assinado de forma digital por
PAULO SERGIO
OLIVEIRA:25062
Dados: 2024.01.30 13:11:00
-03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da Corregedoria Geral de Justiça